

Os pequenos partidos nas coligações eleitorais para prefeituras em 2000

Humberto Dantas

Sérgio Praça

Resumo

Analisando as coligações firmadas por pequenos partidos nas eleições municipais do Brasil em 2000, esse trabalho se inscreve no rico debate sobre a existência ou não de um sistema partidário institucionalizado. Centrando a análise nas alianças para o cargo majoritário em disputa, os autores, em um primeiro momento, propõem uma definição de pequeno partido. Tendo delimitado o objeto, concentram-se em verificar e analisar a quantidade de alianças celebradas por pequenos partidos naquelas eleições. Em seguida, contrapõem os dados aos discursos de dirigentes partidários registrados em entrevistas exclusivas. Concluem que existe certo grau de racionalidade nas coligações, mas não suficiente para afirmar que o sistema está institucionalizado.

“Muitas vezes o estudo de atores periféricos do campo político revela mais sobre o sistema do que o estudo dos atores principais”

(Rossiter, C., 1960)

A partir de 1945, com o fim do Estado Novo, o processo de democratização no Brasil foi marcado pela consolidação de partidos nacionais que contavam com o reconhecimento e identificação por parte do eleitorado (Lavareda, 1999). Até 1964, as disputas partidárias

rias concentraram-se em torno de três legendas: PSD, UDN e PTB. Após o Ato Institucional n. 4, outorgado em outubro de 1965 pelos militares, o sistema partidário foi dissolvido e artificializado. Arena (Aliança Renovadora Nacional) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro) tornaram-se as duas únicas agremiações políticas legalmente aptas a concorrer a cargos públicos. Os políticos dos partidos existentes até 1964 foram obrigados a escolher entre a oposição ao regime militar (MDB) e a situação (ARENA). Algumas diferenças notáveis comprimiram-se no interior, sobretudo, do grupo oposicionista (Kinzo, 1988).

Preocupados com a possibilidade de fracasso da ARENA nas disputas eleitorais, os militares deram início à reforma partidária em novembro de 1979. A pulverização partidária ocorrida desde então marcou a tentativa de desarticulação da oposição. Em um primeiro momento, a ARENA deu origem ao PDS (Partido Democrático Social) e do MDB emergiu o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Em 1980, foram criados, como consequência da permissão oficial: o PP (Partido Popular), o PT (Partido dos Trabalhadores), o PDT (Partido Democrático Trabalhista) e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Desde então, as regras foram se tornando flexíveis, de tal forma que entre 1985 e 1995, de acordo com Nicolau (1996), surgiram mais de 70 legendas. Algumas se consolidaram, muitas se fundiram, outras mudaram de nome e o restante simplesmente desapareceu.

Hoje no Brasil é livre a formação de partidos, não havendo o estabelecimento de um número mínimo e máximo de legendas. Para que uma sigla seja constituída e dispute eleições, é necessário o atendimento a algumas exigências. As principais são:

- Ser fundada por, no mínimo, 101 brasileiros residentes em pelo menos um terço dos estados da federação;
- Contar com o apoio, em abaixo-assinado, de pelo menos 0,5% do eleitorado¹ disposto em, no mínimo, um terço dos estados, de tal forma que em nenhuma dessas unidades o percentual fique abaixo de 0,1% do eleitorado;
- Não receber apoio de qualquer tipo de organização estrangeira;

¹ Eleitorado, neste caso, medido pela quantidade de votos nas eleições para a Câmara dos Deputados. Em 1998, isso representava aproximadamente 330 mil assinaturas.

- Registrar, junto ao Tribunal Superior Eleitoral, estatuto que não viole os direitos humanos, os preceitos constitucionais e a soberania nacional, entre outros requisitos.

O cumprimento desses atributos já possibilita aos partidos disputar eleições, receber parcela do Fundo Partidário e participar dos horários eleitoral e político gratuitos. Nota-se que a principal exigência da lei que regulamenta a criação de partidos no Brasil é com o caráter nacional das legendas, não havendo qualquer cláusula que trate da necessidade de representantes na Câmara dos Deputados ou percentual de votos em pleitos futuros para a obtenção de registro definitivo.

Sendo livre a criação de partidos políticos no país e pouco rigorosas as exigências para a disputa eleitoral, nos pleitos municipais de 2000 participaram, ao todo, 30 legendas. Não é objetivo deste trabalho avaliar a quantidade ideal de siglas para o funcionamento de nosso sistema democrático e discutir a pouca representatividade (Tavares, 1994) que parte significativa desses agentes têm na política nacional.²

Nossa preocupação é examinar as coligações firmadas pelos pequenos partidos nas eleições municipais de 2000, para prefeito (Executivo Municipal), e compará-las ao discurso dos dirigentes destas siglas sobre o comportamento eleitoral de suas respectivas legendas. Para tanto, dividimos o texto em três partes: a) definição de pequenos partidos, baseada em critérios empíricos e teorias da Ciência Política, com o intuito de delimitar o universo pesquisado; b) análise das alianças eleitorais celebradas pelos pequenos partidos em 2000 (pleitos majoritários), considerando a quantidade de siglas coligadas, a procura pelos grandes partidos e a interação entre os pequenos; c) exame dos discursos de líderes de alguns dos partidos considerados pequenos, registrados em entrevistas exclusivas. Além disso, foram analisados os estatutos de algumas siglas. Na conclusão, será possível observar a (in)existência de relação entre o discurso dos políticos e a ação dos partidos nas eleições para Prefeito ao longo de todo o território nacional.

² Em 1998, os sete maiores partidos elegeram cerca de 90% da Câmara dos Deputados.

1. Definição de pequenos partidos

Nesta primeira parte apontaremos os critérios utilizados para a definição do que consideramos pequeno partido para os fins deste trabalho. A despeito da vasta literatura na Ciência Política sobre comportamento das legendas nas eleições (Schmitt, 1999), do debate sobre a institucionalização do quadro partidário nacional (Limongi e Figueiredo, 1999 e Kinzo, 1993) e de estudos de caso sobre uma determinada sigla (Kinzo, 1988 e Martins Jr., 2001) não encontramos definições ou análises específicas e atuais sobre os pequenos partidos brasileiros.

Dessa forma, recorreremos à literatura internacional com o intuito de definir o que é um pequeno partido. Apresentaremos, analisando a bibliografia norte-americana sobre os *third parties* e a doutrina de Duverger, um breve resumo das definições existentes sobre esse tipo de agremiação. Em seguida, baseados no funcionamento do sistema brasileiro, proporemos uma definição, sem desconsiderar a relevância de outras.

Não nos parece possível dizer de maneira peremptória o que é um partido pequeno. Classificar de pequeno não é como posicionar os agentes, por exemplo, de acordo com o espectro “esquerda” e “direita”. Não só porque os pequenos não formam um grupo de partidos que corresponde a uma doutrina específica, com objetivos claros e programas definidos, mas também porque a existência desse tipo de organização depende do sistema eleitoral estudado. São pequenos os partidos que, de acordo com a conjuntura de determinada eleição ou momento político, seguindo critérios adotados pelos interessados em defini-los, possuem menos chances de chegar ao poder do que outros partidos que competem em um mesmo sistema eleitoral – se admitirmos que o principal objetivo de um partido é disputar eleições e chegar ao governo (Schumpeter, 1976 e Schlesinger, 1984).

Nenhum partido é “pequeno” em si. Toda classificação nesse sentido será necessariamente relacional. A denominação que os cientistas políticos americanos utilizam para se referir a outros partidos, que não o Democrata ou o Republicano, os *third parties*, indica que a definição só é possível em relação aos partidos que ocupam as *first e second* posições no sistema partidário. Embora uma comparação entre sistemas eleitorais tão diferentes como o brasileiro e o americano não esteja nos objetivos deste trabalho, seria proveitoso observar os argumen-

tos utilizados para considerar um partido americano como pequeno.³ Alguns cientistas políticos sugerem classificações gerais para esses grupos: “Um *third party* é um agregado organizado de líderes, membros e simpatizantes que (1) se chama de partido, (2) busca atender aos interesses presumidos de seus membros e líderes, (3) usa métodos eleitorais e/ou outros métodos políticos para pressionar o sistema político-partidário americano de modo que este atenda aos interesses do partido e (4) ou nunca obtém ou não consegue sustentar o apoio primário ou secundário dos agentes que compõem o *status quo* da política americana” (J. D. Gillespie, 1993).

Key Jr. (1944) divide os pequenos partidos americanos em duas categorias: partidos doutrinários (*continuing doctrinal parties*) e partidos de vida curta (*short-lived parties*). O primeiro tipo sobrevive por várias décadas, mais pelo entusiasmo de seus membros com relação às idéias e doutrina do que por alguma crença na vitória.⁴ Cita como exemplo o Partido Proibicionista (*Prohibition Party*), que tem participado regularmente de eleições desde 1872, pregando a lei seca. O outro tipo de partido pequeno, de vida curta, tem origem em um protesto *ad hoc* ou na dissidência de uma grande legenda. É interessante ressaltar que esses partidos remetem à idéia de Ostrogorski⁵ de substituir o sistema político-partidário tradicional, que leva inevitavelmente, segundo ele, a métodos anti-democráticos, por um sistema de associações temporárias, formadas para atender a objetivos pontuais, dissolvendo-se tão logo seus interesses tenham sido alcançados.

Nota-se alguns dos traços destacados por Ostrogorski quando analisadas as coligações para a disputa das prefeituras em 2000, no Brasil. Não que novos partidos tenham sido fundados com o intuito claro de uma disputa pontual, como sugere o autor, mas é interessante observar como as coligações celebradas em cada um dos municípios parecem inaugurar grupos desprovidos de qualquer lógica partidária – demonstrando um baixo grau de institucionalização. Enquanto Ostro-

³ “Estudar totalmente um objeto, perspectivá-lo, exige freqüentemente um processo de comparativista. Aproximar no espaço ou no tempo sistemas, instituições, acontecimentos, exige numerosas precauções se quisermos simplificar sem deturpar”. (Braud, 1982)

⁴ Ver, por exemplo, Wildavsky (1965).

⁵ Sobre essa sugestão do autor russo, ver Michels (1962).

gorski idealizava associações de cidadãos com o objetivo de defender determinada mudança política, nas eleições ora estudadas, assistiu-se a associações de líderes partidários com o objetivo de conservar (ou conquistar) o poder afastando-se de aspectos programáticos, ideológicos e do posicionamento político em esfera nacional.

Duverger (1970) esboça o que chama de “teoria dos pequenos partidos”. Insere esse tipo de partido em sua clássica divisão entre “partidos de quadros” e “partidos de massas”, classificando-os ainda como “partidos de personalidades” ou “partidos de minorias permanentes”. Os primeiros são compostos por “líderes que não querem suportar a disciplina dos grandes partidos, ou que consideram esses últimos pouco capazes de lhes satisfazer as ambições” e não possuem “organização partidária real no país” enquanto os “partidos de minorias permanentes” são estruturados e “correspondem a uma fração da opinião pública, fortemente minoritária, mas relativamente estável”. Publicada pela primeira vez em 1951, a obra de Duverger baseia-se, segundo ele mesmo escreve no primeiro parágrafo da introdução, em uma “contradição fundamental”: “Estamos presos em um círculo vicioso: somente monografias prévias e numerosas permitirão estruturar um dia a teoria geral dos partidos, mas essas monografias não poderão ser realmente aprofundadas enquanto não existir uma teoria geral dos partidos”.

Considerando-se os conceitos de “partidos de personalidades” e “partidos de minorias permanentes”, é possível, em um primeiro momento, adequar as legendas brasileiras estudadas na ótica de Duverger. No caso das siglas que representam as minorias, há aquelas voltadas aos interesses dos aposentados, dos operários, de cunho religioso e de preocupação ambiental. Entre aquelas consideradas de personalidades, temos o partido do Dr. Enéas Carneiro (PRONA), de Levi Fidélis (PRTB) etc. No caso do PRONA (Partido da Reedificação da Ordem Nacional), a presidente estadual do partido em São Paulo e então candidata ao cargo de vereadora em 2000, Havanir Nimtz, afirmou: “O presidente do partido é o fundador, o Dr. Enéas. Poderá ter outro, mas é ele! Ele é o fundador. O partido é um filho dele. Ele criou. Só se ele não quiser, ele cede o lugar para outro”.

Apesar da aparente adequação, o grande problema em utilizar a teoria de Duverger é explicar como alguns partidos considerados “de minorias” se inserem, facilmente, aos exemplos de partidos de personalidades. O caso do PAN (Partido dos Aposentados da Nação), que

supostamente protege a minoria dos previdenciários, é emblemático. Tem em seu presidente paulista um nítido exemplo de personalidade política. Osmar Lins, microempresário não-aposentado, afirmou: “Eu considero que o PAN tem a cara de Osmar Lins”.

O exame das teorias acerca dos partidos nos revela a dificuldade de criarmos uma definição capaz de apreender plenamente o quadro político-partidário brasileiro. Uma definição preliminar sobre os pequenos partidos é encontrada no trabalho de Limongi e Figueiredo (1995), que consideram como pequenos os partidos que não têm capacidade de alterar o *status quo* no interior da Câmara.

Distinguimos como pequeno partido um tipo de legenda ainda “menor”. Serão analisadas as siglas que não elegeram candidatos para a legislatura 1999-2003 e, também, aquelas que elegeram representantes, mas não os mantiveram até o término⁶ do mandato, em virtude, sobretudo, da infidelidade partidária. Tal definição guarda caráter conjuntural, pois nada impede, a rigor, que a legenda ocupe espaço ao longo da legislatura seguinte.⁷ Apresentamos a seguir um conjunto de critérios utilizados na definição de pequenos partidos que atendem aos propósitos deste trabalho:

- Percentual de votação para a Câmara dos Deputados nas eleições de 1998;
- Percentual de participação no Fundo Partidário de 2000 – que está diretamente ligado ao critério anterior;
- Não representação na Câmara dos Deputados no início e/ou ao término da legislatura e;
- Estatuto registrado junto ao TSE e adaptado à Lei 9.096/95.⁸

⁶ Será considerado como término o período que vai de outubro de 2001 a outubro de 2002, ano que antecede as eleições e impede eventuais detentores de mandato de mudar de partido sob a pena de perderem a elegibilidade.

⁷ Nas eleições realizadas em 2002, PRONA, PV, PSD, PMN, PSC e PSDC elegeram candidatos à Câmara dos Deputados. Em contrapartida, PTN e PHS ficaram sem representação. Nenhum desses resultados, no entanto, confere a estas legendas a característica de grande partido. O PRONA e o PV foram as siglas que elegeram mais parlamentares: respectivamente seis e cinco. O PSD elegeu quatro deputados e o PST três. PMN, PSC e PSDC elegeram um cada.

⁸ Para mais detalhes, consultar o *site* do TSE (www.tse.gov.br) e a Lei 9.096/95.

Além do critério de representação, foi considerado pequeno o partido que apresentou percentual inferior a 1% nos dois primeiros itens listados acima, ou seja, obteve menos de um centésimo dos votos em 1998 nas eleições para Deputado Federal e menos de 17 mil reais do Fundo Partidário em 2000. A despeito da ausência de representação, da pequena parcela no Fundo Partidário e do total de votos para Deputado Federal, todas as legendas que atendem a esses critérios possuem estatuto registrado no Tribunal Superior Eleitoral. Na tabela 1 está disposta a relação dos partidos considerados pequenos.

Tabela 1 – Partidos pequenos no Brasil em 2000, ano de fundação e critérios de classificação adotados.

Partido	Deferimento para funcionam.	Deputados eleitos para a Legislatura 1999/2003	Deputados ao término da Legislatura 1999/2003	Votação nas eleições para a Câmara em 1998	% de votos	R\$ recebidos do Fundo Partidário em 2000	% do Fundo
PRONA	Out/90	1	0	592.634	0,89	16.648,65	0,02
PSD	Mar/90	1	0	503.725	0,76	16.648,65	0,02
PSC	Mar/90	2	0	446.329	0,67	16.648,65	0,02
PMN	Out/90	2	0	360.214	0,54	16.648,65	0,02
PV	Set/93	1	0	292.694	0,44	16.648,65	0,02
PRP	Out/91	0	0	255.616	0,38	16.648,65	0,02
PT do B	Out/94	0	0	216.645	0,33	0,00	0,00
PSTU	Dez/95	0	0	187.683	0,28	1.906,97	0,00
PTN	Out/97	0	1	64.712	0,10	0,00	0,00
PAN	Fev/98	0	0	62.651	0,09	3.369,27	0,00
PSDC	Ago/97	0	0	62.055	0,09	16.648,65	0,02
PTC (exPRN)	Fev/90	0	0	54.285	0,08	16.648,65	0,02
PRTB	Fev/97	0	0	53.785	0,08	16.648,65	0,02
PCB	Mai/96	0	0	49.619	0,07	16.648,65	0,02
PGT	Set/99	0	0	27.825	0,04	16.648,65	0,02
PCO	Set/97	0	0	8.067	0,01	16.648,65	0,02

Obs: Os partidos que apresentaram valores menores do que os demais no Fundo Partidário tiveram problemas de inadimplência com o TSE.

Fonte: TSE – Tribunal Superior Eleitoral

Nesta lista deveria constar também o PHS. Sua ausência pode ser explicada pela falta de consistência em alguns dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). De acordo com o *site* do PHS, em janeiro de 2000 o partido deixou de ser denominado PSN. Como no banco de dados do

tribunal para as eleições municipais de 2000 aparecem algumas coligações do PSN e outras do PHS, não foi possível definir exatamente o que ocorreu. Para evitar distorções, retiramos essa legenda da análise.

2. Análise das coligações

Concluída a definição daquilo que consideramos pequenos partidos, e apresentada a relação dessas legendas, seguiremos na análise das coligações celebradas por estas siglas nas eleições para o executivo municipal de mais de 5,4 mil cidades no país. Em 2000, foram feitas 11.050 alianças para a disputa das prefeituras em todo o território nacional. Sem qualquer tipo de critério que impeça essa espécie de união, os 30 partidos existentes no Brasil chegaram a apresentar, em João Pessoa, capital da Paraíba, uma aliança de 22 siglas. As sete maiores legendas do país – PT, PDT, PSDB, PMDB, PTB, PFL e PPB (Limongi e Figueiredo, 2002) – ligaram-se entre si em pelo menos 192 municípios, corroborando o baixo grau de institucionalização do quadro partidário. Independentemente do comportamento dos grandes partidos, que revelam a inexistência de lógica, analisamos o comportamento dos pequenos partidos – de acordo com a definição construída anteriormente.

A tabela 2 demonstra que as legendas selecionadas para os fins deste trabalho celebraram 4.050 coligações. Ou seja, em 36,7% das alianças para a disputa do Executivo Municipal em 2000, essas siglas estiveram presentes. Interpretação corrente na Ciência Política sustenta que os pequenos partidos, em época de eleição, aproximam-se dos grandes com o intuito de buscar visibilidade e garantir algum tipo de vantagem. De acordo com os dados apresentados na tabela 2, todos os partidos considerados pequenos alinharam-se a pelo menos uma das sete grandes legendas em, no mínimo, 85% de suas coligações, o que comprova a interpretação anterior. PMN, PSC, PV, PRP, PSDC, PTN, PGT, PSTU e PSD ultrapassaram a marca de 90% de alianças com grandes partidos em suas coligações.

Quando as sete grandes legendas são distribuídas de acordo com a classificação ideológica proposta por Limongi e Figueiredo (2002),⁹

⁹ Classificação feita para todos os partidos representados na Câmara, independente do tamanho.

as alianças dos pequenos partidos demonstram um certo grau de racionalidade. Considerando-se PT e PDT de esquerda; PMDB e PSDB de centro; PPB, PTB e PFL de direita; os pequenos partidos analisados de direita, exceção feita ao PSTU, ao PCB e ao PCO,¹⁰ temos resultados que indicam o traço ideológico sugerido pelos autores. Entre os pequenos partidos de direita,¹¹ em média 74% das coligações foram celebradas com grandes partidos de direita, enquanto somente em 36% estiveram presentes as legendas expressivas de esquerda. Tal tendência, excetuando-se o PCO que celebrou apenas 3 alianças,¹² também foi verificada, em ordem inversa, dentre as siglas de esquerda. Neste caso, o PSTU não se ligou a qualquer grande partido de centro e de direita, e o PCB aproximou-se de opositores ideológicos em apenas 15,79% de suas uniões.

Em termos meramente quantitativos, ou seja, analisando apenas o número de coligações, o PSD foi a legenda analisada que mais apresentou alianças (1303), sendo o PSC o único representante além desse que ultrapassou mil acordos. Na outra ponta desta contagem estão o PSTU e o PCO, com 36 e 3 coligações, respectivamente. Em média, as 16 legendas contidas nesta análise celebraram 253 coligações, ou seja, participaram aliadas a outros partidos nas disputas para o executivo municipal em pouco mais de 250 cidades brasileiras. Não consta dos objetivos deste artigo apontar a quantidade de cidades em que os pequenos partidos selecionados disputaram prefeituras sozinhos, ou seja, sem se aliar a qualquer outra legenda. O principal intuito é analisar estes acordos e compará-los aos discursos de algumas das lideranças dos pequenos partidos selecionados, tentando apreender o controle exercido no território nacional (ou estadual) sobre as representações locais.

¹⁰ Estes partidos são considerados de esquerda.

¹¹ Deste perfil deve-se fazer exceção ao PV, que demonstrou um posicionamento mais central. De acordo com o estatuto do partido, os diretórios municipais são livres para celebrar coligações que representem os interesses da legenda. Nesse sentido, é interessante notar que não existem grandes diferenças nos percentuais de alianças ao centro, à direita e à esquerda.

¹² Número estatisticamente insuficiente para o processamento desta análise e daquela mostrada no parágrafo anterior.

Tabela 2 – Coligações dos pequenos partidos nas eleições de 2000 (para Prefeito)

Partido	Total de Coligações	Coligações com pequenos ou médios	Coligações com Grandes	Percentual de ligação com grandes	% com grandes de esquerda (2)	% com grandes de centro (2)	% com grandes de direita (2)
PMN	583	47	536	91,94	44,22	62,87	66,04
PSC	1031	72	959	93,02	33,47	62,15	74,24
PV	676	46	630	93,20	54,60	61,27	58,73
PRP	665	53	612	92,03	35,62	64,22	76,80
PSDC	477	37	440	92,24	30,91	62,73	76,36
PTdoB	412	42	370	89,81	36,22	61,08	72,70
PRTB	398	40	358	89,95	34,08	62,57	81,56
PTN	300	30	270	90,00	41,48	62,96	76,67
PAN	223	28	195	87,44	41,03	64,10	71,28
PRN	206	21	185	89,81	27,03	57,84	78,92
PGT	195	15	180	92,31	44,44	62,78	70,56
PRONA	120	14	106	88,33	38,68	60,38	76,42
PCB	65	8	57	87,69	92,96	21,05	15,79
PSTU	36	1	35	97,22	100,00	0,00	0,00
PCO	3	0	3	100,00	66,67	66,67	66,67
PSD	1303	83	1220	93,63	31,48	65,90	71,23
Total	(1) 4050	(1) 303	(1) 3747	92,52	37,15	60,90	68,69

(1) O total é menor que a soma, pois ocorreram coligações entre os partidos pequenos que são contadas mais de uma vez.

(2) Consideradas as coligações com grandes partidos. O total supera 100%, pois ideologias distintas podem compor uma mesma coligação.

Fonte: TSE – Tribunal Superior Eleitoral – tabulações especiais.

A respeito da composição dos acordos celebrados pelos pequenos partidos, a maior parte deles não procura outro pequeno partido para compor suas coligações. Segundo os dados da primeira coluna numérica da tabela 3, quase 40% destas legendas aliam-se exclusivamente a partidos médios ou grandes. O destaque, neste caso, é o PSTU, que em mais de 70% de suas alianças não procurou nenhuma das pequenas siglas analisadas.

Por outro lado, com exceção feita ao PCO, que celebrou apenas 3 alianças e não será considerado nesta análise, o PAN, o PGT e o PRONA tiveram a companhia de outros pequenos partidos em mais de 80% de suas alianças. O restante da tabela apresenta com quantos outros partidos considerados pequenos as siglas analisadas estiveram coligadas. O PAN e o PGT podem ser novamente destacados: em quase um quarto de suas uniões estiveram presentes mais de 5 outras pe-

quenas legendas. A maior frequência é notada em alianças entre um dos partidos analisados e outra pequena legenda – média de 25,4% dos casos.

Tabela 3 – Percentual de ligação celebradas entre os pequenos partidos analisados

Partido	Coligações sem outro pequeno	Colig. com + 1 pequeno	Colig. com + 2 pequenos	Colig. com + 3 pequenos	Colig. com + 4 pequenos	Colig. com 5 ou + pequenos
PMN	37,91	25,39	16,12	8,40	3,60	8,58
PSC	43,36	27,55	13,09	7,37	3,10	5,53
PV	43,34	26,48	12,87	7,54	3,25	6,51
PRP	41,20	27,52	12,18	7,67	2,86	8,57
PSDC	33,75	26,62	14,68	10,69	4,61	9,64
PtdoB	30,34	24,03	16,02	8,74	6,55	14,32
PRTB	25,88	28,64	15,58	8,29	7,29	14,32
PTN	24,33	22,00	17,00	13,67	7,00	16,00
PAN	18,83	22,42	13,00	13,45	8,07	24,22
PRN	22,82	25,24	18,45	14,08	3,40	16,02
PGT	17,44	16,92	19,49	15,38	6,15	24,62
PRONA	19,17	22,50	14,17	16,67	9,17	18,33
PCB	40,00	36,92	10,77	1,54	4,62	6,15
PSTU	72,22	16,67	5,56	2,78	0,00	2,78
PCO	0,00	0,00	66,67	33,33	0,00	0,00
PSD	55,10	23,64	10,21	4,60	2,00	4,45
Total	39,04	25,40	13,63	8,37	4,03	9,53

Fonte: TSE – Tribunal Superior Eleitoral – tabulações especiais.

A análise das tabelas 2 e 3 nos possibilitou organizar o comportamento das pequenas legendas em coligações para a disputa de prefeituras em 2000. A seguir será analisado o discurso de algumas lideranças dos pequenos partidos políticos, captado em entrevistas pessoais.

3. Discurso partidário

Feitas as análises numéricas do comportamento daqueles que consideramos os pequenos partidos, examinaremos o discurso de líderes expressivos e os estatutos de algumas das legendas selecionadas. O objetivo das entrevistas é revelar o que dizem os dirigentes de alguns dos partidos ora estudados sobre alianças/coligações partidárias. Não foi nosso intuito sublinhar as contradições entre o discurso e a prática

da política. Mas, sempre que estas foram reveladas, não nos abstermos de incluí-las em nossa análise.

Dentre os partidos que consideramos pequenos, entrevistamos no primeiro semestre de 2001 os seguintes titulares dos cargos relacionados abaixo:

- Osmar Lins: presidente estadual do PAN em São Paulo
- Enéas Carneiro: presidente nacional do PRONA
- Havanir Nimtz: presidente estadual do PRONA em São Paulo
- João Manuel Baptista: secretário-geral do PSDC
- Rui Costa Pimenta: presidente nacional do PCO
- Fábio Bosco: presidente municipal do PSTU em São Paulo
- Waldomiro Rezende: delegado regional do PSC em São Paulo
- José de Abreu: deputado federal pelo PTN
- Dorival de Abreu: presidente nacional do PTN
- Gilberto Pereira: coordenador político nacional do PGT

Foram ouvidos representantes de 8 dos 16 partidos selecionados. Ressalvamos que não se tratou da aplicação de um questionário de coleta quantitativa, mas sim da utilização de um roteiro aberto adotado para direcionar a entrevista. Na análise feita a seguir, dividimos os discursos em dois grupos de posicionamento: favoráveis e contrários às coligações. No primeiro situaram-se o PSC, PSDC e PGT; no segundo o PRONA, PCO, PSTU, PTN e PAN.

Favoráveis

Os discursos registrados a favor das coligações mostram que o componente ideológico quase nunca é considerado pelos líderes durante o processo de decisão sobre se aliar ou não a outros partidos – o que corrobora a análise dos dados feita na segunda parte do trabalho. João Manuel Baptista (PSDC) indica que as coligações de seu partido são determinadas por fatores conjunturais e locais, o que revela uma certa descentralização da estrutura partidária: “Não temos muita intenção de coligação. Mas é claro que se aparecer, no processo eleitoral,

um candidato que o pessoal entenda que é sério, nada impede que se faça uma coligação”. Nada impediu o PSDC de participar de 477 alianças em 2000, registrando a sexta maior marca de coligações entre as 16 siglas analisadas.

Em texto introdutório a seu estatuto, outra legenda de cunho religioso, o PSC, mostra o mesmo teor do discurso de Baptista. “Como partido novo e que nunca esteve apoiado no poder econômico e no poder político, o PSC é uma legenda que tem se caracterizado por lançar candidatos próprios em todos os níveis de governo. Isso não significa que sejamos refratários às coligações e alianças, às vezes necessárias, *dependendo das circunstâncias políticas locais* [grifo nosso]. O importante em política é manter sempre a coerência, a identidade. Assim sendo, coligar sim, mas em circunstâncias bem determinadas, seguindo sempre a orientação da direção estadual”. Waldomiro Rezende (PSC) recusa-se a comentar o assunto. Afirmou apenas que, para o cargo de vereador em São Paulo, seu partido “lançou, com coligação, 81 candidatos. Desses, 61 pertenciam ao PSC”. Traduzindo o estatuto em ações eleitorais, o PSC realizou 1.031 alianças em todos o país, demonstrando que as *circunstâncias políticas locais* prevalecem, colocando o partido em segundo lugar, dentre os selecionados, no número de alianças.

Gilberto Pereira (PGT) defende o pragmatismo eleitoral. Despe-se de qualquer tipo de convicção ideológica ao comentar a política de seu partido em relação a alianças eleitorais. “Em determinado momento como político, mesmo não gostando e tendo que tapar o nariz, eu posso estar numa coligação com o Maluf. Isso é política. Você faz onde tem espaço. Acabou aquele negócio de comunista e capitalista. Política você só faz com espaço”. Também dirigente da CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores), Pereira afirma: “Eu, como representante de central sindical, nunca vou fazer um acordo político com o Maluf. Não tem por quê. Mas enquanto partido político, pode ser que em um determinado momento da vida, numa coisa pragmática, eu tenha que tapar o nariz e fazer acordo com partidos que infelizmente têm pessoas assim”. O coordenador político do PGT busca frisar o caráter permutativo das coligações, ao tratar da estratégia do partido para as eleições vindouras (2002): “A idéia é eleger pelo menos um deputado estadual em cada estado que a gente tenha um trabalho bem organizado. E, a partir daí, é coligação. A nossa coligação com qualquer um

para os cargos principais será feita se me derem estrutura para eu eleger meus deputados. É só isso. Não quero saber de ministério, de secretaria. Isso é depois. Agora vou sobreviver”. O pragmatismo de Pereira fica evidente quando analisadas as coligações entre o PGT e o PPB (partido de Paulo Maluf) em São Paulo. A pequena legenda participou de 195 alianças no país. Em São Paulo foram celebradas 29% delas. Nestas 57 coligações, o PPB esteve presente em 19, ou seja, um terço do total.

Veremos, a seguir, como dirigentes de outros partidos expõem discursos contrários à prática de alianças – o que não impede, efetivamente, suas organizações de fazê-las.

Contrários

Enéas Carneiro (PRONA) sorri ao ser indagado se seu partido faz alianças. “A pergunta é: a gente vai coligar com quem?”, diz. Justifica sua opinião com base em suas propostas heréticas: “Quem tem um projeto nacional de ruptura com o sistema financeiro internacional? Mostre-me um partido que tem. Propomos a ruptura com o sistema financeiro internacional”. Referindo-se ao processo de cassação dos então senadores José Roberto Arruda (PSDB) e Antônio Carlos Magalhães (PFL), Carneiro afirma: “Os senhores querem mais hipocrisia, mais farsa, do que o que está acontecendo agora no Senado? Ou acreditam que alguém ali é melhor que o ACM? Eu acompanho. Antes era como espectador. Tinha náusea daquilo. Depois entrei. Entrei, que digo, em um partido político. *Nunca me juntei a nenhum deles* [grifo nosso]”. O líder, porém, esquece-se de destacar que seu partido participou de 45 uniões com o PSDB de Arruda. Com o PFL de ACM esteve coligado em 44 oportunidades, sendo que na Bahia, estado de Magalhães, o PRONA e o Partido da Frente Liberal se juntaram em quatro disputas.

Carneiro, no entanto, tenta reafirmar sua independência face aos demais partidos destacando seu “desprezo” e “repugnância”: “Nunca encontrei, desde que entrei na política, ninguém em um debate que me obrigasse pelo menos a dizer: ‘O senhor disse uma coisa sensata’. Nenhuma vez. Em onze anos. Eu continuo tendo o mesmo desprezo que tive quando comecei. A mesma repugnância pelo processo. Não mudou nada”.

Sugere ver com maus olhos eventuais coligações promovidas por seus correligionários do PRONA, criticando o aspecto conjuntural das alianças: “O que é preciso para ser eleito aqui no PRONA? É uma postura ideológica firme. Nos outros partidos, depende de acordos. Eles dizem: ‘Vamos ver o cenário que aí está’. Depende do que eles chamam de ‘coligações’”. É importante salientar que líderes locais do PRONA “desobedeceram” seu líder máximo em 120 municípios nas eleições de 2000, tendo se aliado a 25 dos 30 partidos existentes no país.

Dois dirigentes do PTN entrevistados justificam a posição contrária a coligações baseando-se, respectivamente, em argumentos programáticos e ideológicos. De acordo com o único deputado federal do partido, José de Abreu, eleito pelo PSDB-SP em 1998, “o PTN não faz coligação porque as propostas dos demais candidatos não coadunam com a proposta do partido. Nosso partido parte, primeiro, para a defesa do patrimônio público nacional. Ele é contrário às privatizações. Então ele não pode coligar com o PSDB, por exemplo, que falava em privatizar tudo. Daqui a pouco, se deixar, o PSDB vai privatizar o ar que a gente respira. Então o PTN é contra essa política de entrega das nossas riquezas, das nossas empresas ao capital internacional”. O líder, no entanto, parece ignorar que em 35% das coligações firmadas pelo partido o PSDB esteve presente, ou seja, em 106 cidades as siglas lançaram candidato comum à prefeitura.

Dorival de Abreu, presidente nacional do PTN, admite que seu partido costuma fazer coligações: “Normalmente nos associamos com partidos pequenos. O PAN, por exemplo”. Mas ressalva: “Na verdade, uma coligação não é interessante. Com o partido crescendo, não é o caminho. Na medida em que a lei diz que a coligação deve ter um nome e que tudo deve ser feito em torno desse nome, o partido deixa de existir na coligação”. Apesar de mais prudente que o irmão, o líder deixa de lado alguns dados importantes. De acordo com a tabela 2, em 90% das alianças celebradas pelo PTN estiveram presentes pelo menos uma das sete grandes legendas. Além disso, em 24,33% das coligações dessa sigla não constavam nenhum dos partidos pequenos de nossa análise. Por fim, quando fala do PAN, Abreu refere-se a apenas 19% das alianças do PTN – e a 25% dos acordos do Partido dos Aposentados.

As coligações são, inclusive, consideradas pelo estatuto do PTN como “descumprimento das diretrizes legitimamente estabelecidas pe-

los órgãos de direção partidária”. De acordo com o artigo 74 do documento do partido, não é permitido “fazer aliança ou acordo com os filiados de outro partido”. Abreu terá que percorrer 300 municípios em todo Brasil para punir os dirigentes locais que firmaram coligação com legendas alheias.

Osmar Lins, presidente estadual do PAN em São Paulo, diz dirigir o partido com “mão-de-ferro”. É contrário às coligações porque diz que “é uma maneira de trabalhar como cabo eleitoral para os grandes partidos”. O líder, no entanto, deixa de lado as 223 coligações no país e o fato de que em 87% delas esteve presente pelo menos um dos sete grandes partidos.

Em seu discurso, Lins critica os correligionários que se aliam a outras legendas: “Nosso estatuto diz que nós devemos propor às pessoas ligadas ao partido que saiam como candidatos. Aqueles que não querem, que votem no partido. Mas normalmente os líderes têm procurado fazer coligações. Buscam apoiar pessoas que têm mais recursos na região. Nós queremos acabar com isso”. Em São Paulo, estado em que Lins preside o PAN, a legenda firmou 37 alianças.

De acordo com o presidente de seu diretório paulistano, Fábio Bosco, o PSTU é um partido que participa das eleições “eventualmente coligado” com outros partidos. Bosco destaca que a postura ideológica de seu partido pode impedir alianças com determinados agentes. “Nosso congresso definiu que nós somos oposição intransigente ao governo Fernando Henrique Cardoso. Nenhum diretório estadual ou municipal pode, por exemplo, fazer aliança com o PSDB. Não pode. Se fizer, tem intervenção. É um partido centralizado”. Nesse sentido, o PSTU mostra-se coerente. Não firmou, como mostra a tabela 3, nenhuma aliança com os grandes partidos de centro e de direita. Nos 36 acordos em que esteve presente, o partido ligou-se, com maior frequência, ao PT – de onde surgiu.¹³

Segundo Bosco, a estratégia do PSTU para 2002 ainda dependeria de outro congresso do partido. Condiciona as alianças a concordâncias programáticas com outros partidos. “É possível que a gente saia com a idéia de uma frente de esquerda. Mas tem que ter um conjunto de idéias. Não precisa ser nosso programa, mas tem que ter umas

¹³ A respeito do aparecimento do PSTU, ver Freire de Lacerda (2002).

idéias-chaves. Se não houver acordo nessas idéias, a gente lança candidatura própria. Com acordo, a gente sai junto”.

O PCO foi o partido que menos fez coligações nas eleições de 2000: apenas três. Duas no interior de Minas Gerais e uma na capital de Tocantins. De acordo com o presidente nacional do partido, Rui Costa Pimenta, esse número foi ainda menor: “Não fizemos nenhuma coligação. Houve um incidente aí que alguns filiados fizeram uma coligação no interior de Minas Gerais. Mas nós desautorizamos e expulsamos do partido. O partido é de todo mundo e ninguém pode usar de acordo com suas conveniências particulares. Nosso partido condena a idéia de que as pessoas possam, em cada lugar, desenvolver um partido diferente”. O líder, no entanto, deixa de ressaltar o conteúdo das poucas ligações firmadas. O partido, também dissidente do PT, é defensor de idéias de esquerda, mas não pareceu preocupado em aliar-se ao PFL e ao PPB em Palmas (TO), por exemplo.

Conclusão

De acordo com a análise do comportamento dos pequenos partidos nas eleições municipais majoritárias em 2000, é possível afirmar, exceção feita ao PSTU, que não existe uma ação centralizada capaz de tornar o discurso dos dirigentes afinado com o comportamento de suas legendas nas mais de 5,4 mil cidades brasileiras. Mesmo quando a presidência nacional de um desses partidos condena alianças com tendências programáticas alheias, as organizações locais revelam uma relativa autonomia decisória. Nem mesmo o estatuto de outra legenda, ao determinar a proibição de alianças, é capaz de deter a incoerência entre discurso e prática.

Foi possível notar também, quanto expressiva é a dependência em relação aos grandes partidos, corroborando o argumento bastante difundido na Ciência Política que indica interesse dos pequenos na obtenção de visibilidade no campo político. Nesse sentido, também notamos a existência de um certo grau de racionalidade ideológica, na direção dos estudos desenvolvidos por Limongi e Figueiredo (2002). Contudo, não há consistência suficiente para afirmar que o quadro partidário está institucionalizado – se considerarmos a elevada quantidade de coligações de pequenos partidos de direita com grandes le-

gendas de esquerda, por exemplo. Os resultados, nesse sentido, não parecem distantes do comportamento das grandes legendas, que poderão ser analisadas em um outro trabalho. O que parece claro é a inexistência de uma lógica capaz de determinar que até mesmo os grandes partidos nacionais escapam dos interesses locais. A afirmação de Rossiter (1963), que serve de epígrafe a este artigo, demonstra o quanto válido é o estudo dos pequenos agentes: “Muitas vezes o estudo de atores periféricos do campo político revela mais sobre o sistema do que o estudo dos atores principais”.

Referências bibliográficas

- BRAUD, P. *Introdução à ciência política*. Lisboa: Editorial Notícias, 1982.
- DUVERGER, M. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1970.
- FREIRE DE LACERDA, A. D. O PT e unidade partidária como problema. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 45, n. 1, p. 39-75, 2002.
- GILLESPIE, J. D. *Politics at the periphery: third parties in two-party America*. South Carolina: University of South Carolina Press, 1993.
- KEY JR., V. O. *Politics, parties and pressure groups*. New York: Thomas Y. Crowell Company, 1944.
- KINZO, M. D. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966/1979)*. São Paulo: Vértice, 1988.
- _____. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1993.
- LAMOUNIER, B. *Partidos e utopias: o Brasil no limiar dos anos 90*. São Paulo: Loyola, 1989.
- LAVAREDA, A. *A democracia nas urnas*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.
- LIMONGI, F.; FIGUEIREDO, A. *Executivo e legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.
- _____. Partidos políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 38, n. 3, p. 497-525, 1995.
- MARTINS JR., J. P. *A trajetória do PTB e o jogo de alianças eleitorais: 1945-1964*. São Paulo, 2001. Dissertação (mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- MICHELS, R. *Political parties*. New York: Free Press, 1962.
- NICOLAU, J. *Multipartidarismo e democracia*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- ROSSITER, C. *Parties and politics in America*. New York: Signet, 1960.
- SCHLESINGER, J. A. On the theory of party organization. *Journal of Politics*, v. 46, n. 2, p. 369-400, maio 1984.

- SCHMITT, R. *Coligações eleitorais e sistema partidário no Brasil*. Rio de Janeiro, 1999. Tese (doutorado) – IUPERJ.
- SCHUMPETER, J. *Capitalism, socialism and democracy*. New York: Harper Perennial, 1976.
- TAVARES, J. A. G. *Sistemas eleitorais nas democracias contemporâneas: teoria, instituições, estratégia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- WILDAVSKY, A. The goldwater phenomenon: purists, politicians and the two-party system. *The Review of Politics*, v. 27, n. 3, jul. 1965.